

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.577.772 - SP (2019/0268633-2)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
AGRAVANTE : **RODRIGO GOMES ALVES**
ADVOGADOS : **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
ISABELLA BENITEZ GALVES - DEFENSORA PÚBLICA -
SP330270
AGRAVADO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por RODRIGO GOMES ALVES contra decisão que inadmitiu o recurso especial fundado no art. 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição da República e interposto contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Consta que o Juízo de primeiro grau rejeitou denúncia ofertada contra o agravante, pela suposta prática do delito previsto no art. 155, *caput*, do Código Penal, por ter subtraído "3 latas de cerveja Skol, 3 latas de energético Red Bull, 1 lata de CocaCola, 2 pacotes de batata palha, 2 pacotes de biscoito da marca Hershey's, 1 lata de achocolatado Toddy, 1 unidade de Nutella, 2 pacotes de chocolate Bis, da marca Lacta, avaliados em R\$ 96,69 (noventa e seis reais e sessenta e nove centavos), conforme auto de exibição, apreensão e entrega e auto de avaliação de fls. 12/16, em prejuízo da vítima Supermercado Carrefour" (e-STJ fl. 81).

Irresignado, o *Parquet* interpôs recurso de apelação, o qual foi provido em acórdão assim ementado (e-STJ fl. 133):

Recurso em Sentido Estrito. Furto. Decisão de rejeição da denúncia, com fundamento no princípio da insignificância. Valor do bem não pode ser considerado ínfimo. Ofensividade reconhecida. Recurso ministerial provido.

No recurso especial, alegou-se violação ao disposto nos arts. 1º e 155 do Código Penal e no art. 395, III, do Código de Processo Penal, ao argumento de que, "no caso dos autos, o valor dos bens é ínfimo. Não há como se admitir a intervenção do direito penal no presente caso, pois não há lesão ao bem jurídico protegido pelo art. 155 do Código Penal. Fica claro, portanto, que se trata o caso em tela de atipicidade da conduta do réu,

caracterizada pelo princípio da insignificância" (e-STJ fl. 157).

Inadmitido o apelo extremo, subiu o recurso por meio de agravo.

Intimado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do recurso e, no mérito, pelo desprovimento do agravo (e-STJ fls. 224/226).

É, em síntese, o relatório.

Acerca do princípio da insignificância, o Supremo Tribunal Federal consagrou o entendimento de que, para a aplicação do princípio da insignificância, devem estar presentes, cumulativamente, as seguintes condições objetivas: a) mínima ofensividade da conduta do agente; b) nenhuma periculosidade social da ação; c) reduzido grau de reprovabilidade do comportamento do agente; e d) inexpressividade da lesão jurídica provocada. Preenchidos todos esses requisitos, a aplicação desse princípio possui o condão de afastar a própria tipicidade penal, especificamente na sua vertente material.

No caso, vale esclarecer que os bens furtados tiveram valor estimado em R\$ 96,69, montante que considero inexpressivo. Ademais, não houve violência ou grave ameaça na conduta.

Tais elementos, apontam, portanto, a existência de mínima ofensividade e de reduzido grau de reprovabilidade do comportamento do agente, autorizando a incidência do princípio da insignificância. Ressalto, também, que, ao que se tem dos autos, o réu é primário.

Assim, não vejo, na hipótese, obstáculo à aplicação da benesse.

Nesse mesmo sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FURTO QUALIFICADO. CONCURSO DE PESSOAS. INEXPRESSIVIDADE DO VALOR DO BEM. MÍNIMA OFENSIVIDADE E REPROVABILIDADE DA CONDUTA. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. APLICAÇÃO.

I - Malgrado o crime - furto de uma folha de cheque em branco não descontada - ter sido praticado mediante o concurso de pessoas, não houve violência ou grave ameaça e o valor do bem é de manifesta inexpressividade, revelando conduta de mínima ofensividade e reprovabilidade, o que autoriza a aplicação do princípio da insignificância.

II - Assim, "[...] apesar de o delito ter sido praticado em concurso de pessoas, a lesão jurídica provocada é dotada de mínima ofensividade e a reprovabilidade da conduta perpetrada pelos recorrentes não é acentuada, até porque o crime foi cometido sem violência ou grave ameaça contra pessoa e o estabelecimento não teve prejuízo material" (AgRg no REsp n. 1.483.842/MG, Quinta Turma, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 23/2/2016).

Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp 1.060.189/MT, relator Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 27/06/2017, DJe 01/08/2017.)

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO PENAL. TENTATIVA DE FURTO QUALIFICADO POR CONCURSO DE PESSOAS CONTRA ESTABELECIMENTO COMERCIAL. VALOR ÍNFINO PARA A VÍTIMA. RÉU PRIMÁRIO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. APLICABILIDADE.

1. Por força do princípio da insignificância é atípica a conduta consistente em furtar um fio de cobre medindo cerca de um metro e meio, avaliado em R\$ 90,00 (noventa reais), valor irrisório à luz da enorme capacidade financeira da vítima, uma grande empresa privada brasileira, sobretudo porque o presente caso não aponta para maior reprovabilidade da conduta já que o réu não é reincidente, não houve violência, o delito é tentado e o bem foi restituído à vítima.

2. Apesar de se tratar de furto qualificado pelo concurso de pessoas, o princípio tem aplicação ante à existência de mínima ofensividade e de reduzido grau de reprovabilidade do comportamento, tanto mais porque a lesão jurídica provocada é inexpressiva, não causando repulsa social.

3. Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 1.668.361/SP, relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 20/06/2017, DJe 26/06/2017.)

PENAL. HABEAS CORPUS. FURTO QUALIFICADO PELO CONCURSO DE AGENTES. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. VALOR DO BEM - UMA GARRAFA DE BEBIDA - CORRESPONDENTE A 2,89% DO SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE À ÉPOCA DOS FATOS. ATIPICIDADE MATERIAL DA CONDUTA. RECONHECIMENTO. PACIENTE PRIMÁRIO E COM BONS ANTECEDENTES. ORDEM CONCEDIDA.

1. O princípio da insignificância propõe se excluam do âmbito de incidência do Direito Penal situações em que a ofensa concretamente perpetrada seja de pouca importância, ou seja, incapaz de atingir materialmente e de modo intolerável o bem jurídico protegido.

Entretanto, a aplicação do mencionado postulado não é irrestrita, sendo imperiosa, na análise do relevo material da conduta, a presença

de certos vetores, tais como (a) a mínima ofensividade da conduta do agente; (b) a ausência de periculosidade social da ação; (c) o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento; e (d) a inexpressividade da lesão jurídica provocada.

2. Na espécie, evidente o reduzido grau de reprovabilidade e a mínima ofensividade da conduta perpetrada, de forma viabilizar a aplicação do princípio da insignificância. Com efeito, além de irrisório o valor atribuído ao bem subtraído - correspondente a aproximadamente 2,89% do salário mínimo vigente à época dos acontecimentos - o paciente é primário, não ostenta antecedentes e a mercadoria foi prontamente recuperada e devolvida ao supermercado vítima. De mais a mais, destacou o magistrado singular, ao rejeitar a peça acusatória, que o dolo do agente ficou circunscrito a reduzida extensão, já que não houve nenhum ato preparatório, simplesmente ingressando o réu no estabelecimento onde, clandestinamente, escondeu a garrafa de bebida em uma mochila (e-STJ fl. 30).

3. Ordem concedida para cassar o acórdão estadual e restabelecer a decisão de primeiro grau que rejeitou a denúncia. Ficam os efeitos desta decisão estendidos ao corréu DAVI MATOS DA COSTA. (HC 379.853/SP, de minha relatoria, SEXTA TURMA, julgado em 06/04/2017, DJe 20/04/2017.)

Ante o exposto, **conheço do agravo e dou provimento** ao recurso especial, para restabelecer a decisão que rejeitou a denúncia, por reconhecimento da insignificância da conduta praticada pelo recorrente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator